



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA CRIANÇA E DO IDOSO

FORTALEZA/CEARÁ

DEZEMBRO/2018

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Fone: (85) 3444.8300 – Bairro: Patriolino Ribeiro – Gabinete 20
Caixa Postal 2671 – CEP 60.810-460 – Fortaleza – Ceará



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

INTRODUÇÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso da Câmara Municipal de Fortaleza - Biênio 2017/2018, iniciou seus trabalhos no dia 20 de fevereiro de 2017. As reuniões ordinárias desta Comissão acontecem nas quintas-feiras, às 9h, nas Sala das Comissões. São membros desta Comissão os(as) vereadores(as): Larissa Gaspar – PPL, Presidenta, Priscila Costa – PRTB, Vice-Presidente, Marília do Posto – PRP, Emanuel Acrízio – PRP, Célio Studart – SD, Márcio Martins – PR e Evaldo Lima – PC do B.

Esta Comissão tem como objetivo precípua monitorar as políticas públicas de promoção e de defesa dos direitos humanos em Fortaleza, mensurando desafios e potencialidades, com vistas a orientar a atuação do Legislativo no desempenho de seu papel de fiscalização das políticas, bem como de elaboração de leis que estejam em sintonia com as reais demandas da população.

Ao longo desse ano, foram realizadas reuniões com diferentes órgãos e entidades, visitas a equipamentos públicos, audiências públicas, participação em eventos para discussão acerca dos direitos humanos, além de outras atividades. A Comissão também foi pautada a partir de denúncias de violações de direitos humanos, que ensejaram diversos encaminhamentos.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso



Larissa Gaspar

Presidenta



Priscila Costa - PRTB

Vice-Presidente



Emanuel Acrízio - PRP



Marília do Posto - PRP



Márcio Martins - PR



Célio Studart - SD



Evaldo Lima - PC do B



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Número de reuniões ordinárias: 8
- Número de reuniões conjuntas: 3
- Número de requerimentos apreciados: 36
- Número de requerimentos aprovados: 33
- Número de projetos de lei ordinária apreciados: 4
- Número de projetos de lei aprovados: 3
- Número de indicações apreciadas: 1
- Número de indicações aprovadas: 1
- Número de ofícios enviados: 80
- Número de ofícios recebidos: 51
- Número de ofícios conjuntos: 30
- Número de Comunicações Internas: 21
- Número de visitas realizadas: 15
- Número de reuniões com órgãos/entidades: 12
- Número de denúncias/casos: 13
- Número de Audiências/Seminários/Eventos: 10
- Outras demandas: 5

REQUERIMENTOS APROVADOS:

- Requerimento nº 3083/2017, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 4322/2017, de autoria do Vereador Guilherme Sampaio;
- Requerimento nº 4323/2017, de autoria do Vereador Guilherme Sampaio;
- Requerimento nº 4465/2017, de autoria do Vereador Márcio Cruz;
- Requerimento nº 30/2018, de autoria da Vereadora Eliana Gomes;
- Requerimento nº 33/2018, de autoria da Vereadora Eliana Gomes;
- Requerimento nº 34/2018, de autoria da Vereadora Eliana Gomes;
- Requerimento nº 211/2018, de autoria da Vereadora Eliana Gomes;
- Requerimento nº 48/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 49/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 50/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 51/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

- Requerimento nº 52/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 54/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 57/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 59/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 60/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 118/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 65/2018, de autoria do Vereador Iraguassu Filho;
- Requerimento nº 72/2018, de autoria do Vereador Iraguassu Filho;
- Requerimento nº 114/2018, de autoria do Vereador Jorge Pinheiro;
- Requerimento nº 116/2018, de autoria do Vereador Dr. Porto;
- Requerimento nº 342/2018, de autoria do Vereador Acrílio Sena;
- Requerimento nº 448/2018, de autoria do Vereador Jorge Pinheiro;
- Requerimento nº 1316/2018, de autoria do Vereador Benigno Junior;
- Requerimento nº 1317/2018, de autoria do Vereador Benigno Junior;
- Requerimento nº 1435/2018, de autoria do Vereador Guilherme Sampaio;
- Requerimento nº 1302/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 1303/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 3536/2018, de autoria da Vereadora Marília do Posto;
- Requerimento nº 4457/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 4467/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 4604/2018, de autoria do Vereador Soldado Noélio;
- Requerimento nº 4605/2018, de autoria do Vereador Soldado Noélio;
- Requerimento nº 4779/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Requerimento nº 4860/2018, de autoria do Vereador Gardel Rolim;

PROJETOS DE LEI/INDICAÇÃO:

- Projeto de Lei nº 050/2017, de autoria do Vereador Plácido Filho,
- Projeto de Lei nº. 167/2017, de autoria do Vereador José Freire;
- Projeto de Lei nº 230/2017, de autoria do Vereador Evaldo Costa;
- Projeto de Lei nº. 182/2017, de autoria do Vereador Jorge Pinheiro;
- Indicação nº 479/2017, de autoria do Vereador Evaldo Costa;
- Indicação nº 493/2017, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;
- Indicação nº 645/2017, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar;



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

VISITAS AOS EQUIPAMENTOS/ÓRGÃOS:

1. Visitas aos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS

As visitas aos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS do Município de Fortaleza foram realizadas em articulação com o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider, bem como com o Fórum Cearense de Luta Antimanicomial. Estas foram motivadas por denúncias feitas pelo referido Fórum a esta Comissão. Os relatos e os documentos que nos foram apresentados apontavam para uma desestruturação da política de saúde mental em âmbito municipal e, ainda, para o descumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº. 01/20017, resultado do Inquérito Civil Público nº. 342221/2016, instaurado na 1^a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, do Ministério Público do Estado do Ceará, o qual a Comissão vem acompanhando desde o início deste ano.

O intuito das visitas foi de averiguar a atual situação deste serviço, como está seu funcionamento e quais suas principais demandas, visando seu fortalecimento, sendo função precípua da Comissão monitorar e fiscalizar as políticas públicas relacionadas aos direitos humanos. A política de saúde mental é uma pauta de extrema importância para a população, razão pela qual entendemos ser urgente a ampliação e reestruturação dos CAPS, tendo em vista o aumento constante da procura por este serviço, o que está relacionado diretamente com os diversos problemas sociais que enfrenta nossa cidade, por exemplo, a elevada desigualdade social, o desemprego, o uso abusivo de álcool e outras drogas, dentre outras questões que geram agravos de ordem psíquica. A Comissão priorizou os CAPS que não foram visitados recentemente pelo Fórum Cearense de Luta Antimanicomial, bem como os que se encontram em situação de maior precariedade, levantando as principais demandas existentes na Rede de Atenção Psicosocial - RAPS.

Foram visitados nove Centros de Atenção Psicossocial, de março até outubro deste ano. Os CAPS visitados foram os seguinte: CAPS GERAL I, CAPS AD III, CAPS GERAL VI, CAPS GERAL V, CAPS INFANTIL II, IV E VI, CAPS AD IV, CAPS AD VI, CAPS AD I, CAPS INFANTIL I, III e V. As principais demandas encontradas foram relativas à precariedade da infraestrutura, insuficiência no fornecimento das medicações, ausência de prontuários eletrônicos, necessidade de ampliação da equipe técnica, carência de psiquiatras e neurologistas, dentre outras questões. Foram realizados os devidos encaminhamentos, por meio do ofício nº.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

30/2018, solicitando providências à Secretaria Municipal de Saúde – SMS quanto à reestruturação dos referidos CAPS. O Relatório de visita aos CAPS foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde (ofício nº 38/2018), ao Gabinete do Prefeito (ofício nº 39/2018) e à 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública – MP/CE (ofício nº 47/2018).

A partir das visitas, também foi constatado o atraso no pagamento dos salários dos profissionais do CAPS, tendo a Comissão enviado ofício ao Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar – ISGH (ofício nº. 17/2018), no dia 08 de março de 2018, solicitando informações sobre os referidos pagamentos. Também foi questionado quanto ao repasse dos valores pela Prefeitura Municipal de Fortaleza para tal finalidade, objetivando contribuir para a solução desta problemática.



CAPS GERAL I



CAPS GERAL VI



CAPS GERAL V



CAPS INFANTIL II, IV, VI



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso



CAPS AD IV



CAPS INFANTIL I, III, V



CAPS AD VI



CAPS AD III



CAPS AD I



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

2. Visitas aos Galpões de Triagem de Resíduos Sólidos

As visitas aos Galpões de triagem de resíduos sólidos cedidos a associações de catadores no Município de Fortaleza foram realizadas em articulação com o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider, bem como com a Rede dos Catadores(as) de Resíduos Sólidos Recicláveis do Estado do Ceará.

As visitas foram motivadas por provocação feita pela Rede Estadual de Catadores de Materiais recicláveis a esta Comissão. Os relatos e os documentos que nos foram apresentados apontam para as péssimas condições estruturais dos galpões e de trabalho dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis e, ainda, para o descumprimento da Recomendação 01/2017 - Ministério Público Estadual (2ª Pmj – MAPU), de setembro de 2017, resultante do Inquérito Civil Público Nº 2016/390242, em curso atualmente na 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano.

Os(as) catadores(es) de materiais recicláveis constituem-se uma categoria em situação de vulnerabilidade no acesso a seus direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que são parte fundamental para uma política de gestão de resíduos sólidos social e ambientalmente responsável para a cidade de Fortaleza.

Os objetivos das visitas foram de contribuir para a garantia da dignidade e respeitos aos direitos fundamentais dos(as) catadores de materiais recicláveis na cidade de Fortaleza, verificando a situação de trabalho daqueles que compõem as associações que tem contrato de cessão com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a saber a Associação Raio de Sol, Associação de Catadores do Jangurussu e a Associação de Catadores da Comunidade Maravilha; verificar o cumprimento da Recomendação 01/2017 - Ministério Público Estadual que tem por objeto a realização de obras e reformas emergenciais e de conserto dos prédios utilizados pela Associação de Catadores do Jangurussu e a Associação de Catadores da Comunidade Maravilha, dentre outras providências que indica.

Nos dias 23 e 24 de abril de 2018, a Comissão realizou visita aos seguintes galpões de triagem de resíduos sólidos: Galpão João XXIII – Associação Raio de Sol, Galpão Vila União – Associação Maravilha, Galpão da Associação de Catadores do Jangurussu (ASCAJAN). Foram verificadas diversas demandas com relação à infraestrutura, que se encontra muito precária, não oferecendo condições de trabalho seguras e adequadas aos catadores(as), além da necessidade de regularização dos documentos dos referidos galpões, o que é imprescindível



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

para o recebimento de recursos pelas associações, dentre outras questões. Nesse sentido, a Comissão realizou os devidos encaminhamentos, solicitando a reestruturação e regularização dos Galpões às Secretarias Regionais III, IV, VI, à Secretaria de Conservação e Serviços Públicos – SCSP e a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, através dos ofícios nsº. 33, 34, 35, 36 e 37/2018, desta Comissão. Ademais, o Relatório de Visitas aos Galpões de Triagem de Resíduos Sólidos da Rede de Catadores no Município de Fortaleza foi encaminhado aos órgãos supra mencionados e, ainda, à 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano – MP/CE, por meio dos ofícios 42, 43, 44, 45, 46 e 47/2018, desta Comissão.



Galpão ASCAJAN



Galpão do Bairro Vila União



Galpão do Bairro João XXIII



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

3. Visitas aos Centros Socioeducativos

Esta Comissão aprovou o requerimento nº 1802/2018, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar, solicitando a realização de visitas aos Centro Socioeducativos por parte desta, com o objetivo de verificar suas condições de funcionamento, observando as demandas relacionadas à infraestrutura, equipe profissional, segurança, atividades pedagógicas, dentre outras questões.

Os Centros, atualmente, são vinculados à Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS, do Governo do Estado do Ceará. A Comissão realizou visita ao Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider – CECAL, tendo esta ocorrido no dia 23 de outubro de 2018. Estavam presentes na visita a Vereadora Larissa Gaspar - PPL, Presidenta desta Comissão, Vereadora Marília do Posto e assessores parlamentares.

Foi possível verificar algumas demandas, com destaque para as seguintes: capacitação com formação humanista, que conscientize sobre o papel dos socioeducadores, informando sobre os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescentes – ECA e no SINA-SE; investimento prioritário na reestruturação e ampliação das atividades pedagógicas, culturais, esportivas, profissionalizantes e de lazer; oferecer condições dignas para adolescentes e profissionais, com a melhoria na estrutura, higiene do ambiente, alimentação, bem como, priorizar a conclusão das reformas e efetivar as melhorias que estão previstas; matricular todos os adolescentes que estão cumprindo medida na Unidade no EJA; realizar melhorias com relação à segurança dentro do Centro, tanto no que se refere a resguardar a integridade física dos adolescentes, como também dos profissionais; contratação de um maior número de socioeducadores, possibilitando o desenvolvimento das atividades e uma melhoria nas condições de trabalhos destes. Foram relatados casos de agressões físicas e psicológicas realizadas por alguns socioeducadores contra adolescentes, bem como nas intervenções realizadas pela Polícia Militar. Oficiamos a SEAS, solicitando que tome providências no sentido de sanar as demandas supra mencionadas, por meio do ofício nº 74/2018.

A Comissão enviou ofício ao Sindicato dos Trabalhadores no Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará – SINT – SSEC (ofício nº. 70/2018), 19 de outubro de 2018, solicitando o acompanhamento deste na visita ao Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider – CECAL.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso



4. Visita à Delegacia Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência

A Vereadora Larissa Gaspar, enquanto Presidenta da Comissão, visitou à Delegacia Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência, no dia 14 de setembro de 2018, tendo como objetivo conhecer as condições de funcionamento e contribuir para o melhor desempenho do trabalho deste novo órgão.

Como encaminhamento da visita, foi oficiada à Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS (ofício nº 66/2018), em 17 de setembro de 2018, solicitando o reforço de assistente social, psicóloga, bem como de viatura descaracterizada para a Delegacia Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência, visando a melhoria do atendimento à população.





Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

5. Visita à Comunidade Raio de Luz

No dia 14 de dezembro de 2018, às 8h30min, foi realizada visita desta Comissão, em conjunto com o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider – EDAL da Câmara Municipal de Fortaleza e o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar da Assembleia Legislativa do Ceará à Comunidade Raio de Luz, localizada na Rua do Piloto, 401, esquina com a Rua Capitão Aragão, no bairro Aerolândia. A Comunidade conta atualmente com 140 (centro e quarenta) famílias, aproximadamente 700 pessoas, que ocupam, desde 2014, o prédio do antigo Centro de Desenvolvimento Infantil da Aerolândia. Foi verificado que as famílias estão em situação de extrema vulnerabilidade social, com inúmeras crianças e idosos vivendo em ambiente totalmente insalubre. Os problemas são diversos, desde a falta de saneamento básico, abastecimento de água, energia elétrica clandestina, insegurança alimentar, entre outras ausências de acesso a direitos básicos.

Existe um relatório da Defesa Civil apontando o risco de desabamento, devendo haver a imediata realocação das famílias. O Ministério Público ingressou com a Ação Civil Pública em face da Prefeitura de Fortaleza e Governo do Estado do Ceará, solicitando liminarmente a concessão de aluguel social e, no mérito, a concessão de unidades habitacionais para as respectivas famílias. Como encaminhamento da visita, esta Comissão em conjunto com o Escritório de Direitos Humanos Dom Aloísio Lorscheider, no dia 17 de dezembro, solicitou à Prefeitura de Fortaleza e ao Governo do Estado do Ceará a adoção de medidas urgentes para a proteção da vida e da integridade física dos moradores da referida Comunidade, além de assegurar solução definitiva para a situação, garantindo o direito à moradia digna (Ofícios Conjuntos nº 04 e 05/2018 – CDH/EDAL).





Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

AUDIÊNCIAS/SEMINÁRIOS/EVENTOS:

1. Audiência Pública sobre Política Habitacional e Remoções no Município de Fortaleza

No dia 1º de dezembro de 2017, nesta Câmara Municipal, foi realizada a Audiência Pública sobre Política Habitacional e Remoções no Município de Fortaleza, com o objetivo de debater sobre as remoções forçadas e violações do direito à moradia digna em Fortaleza, buscando dar visibilidade a esta grave problemática e contribuir com a ampliação da política habitacional. Nesta ocasião, foi lançado estudo do Observatório das Remoções, projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Ceará, através do Laboratório de Estudos da Habitação (Lehab), em parceria com o Escritório Frei Tito de Alencar (EFTA) e a Defensoria Pública Geral do Estado (NUHAM-DPE).

Em janeiro, foram realizados os encaminhamentos relativos à referida Audiência Pública, destacando a solicitação de informações sobre o Projeto Orla e sobre o Projeto Fortaleza Competitiva, requerida à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, ao Gabinete do Prefeito e à Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará – SEMA, através dos ofícios 02, 03 e 04/2018, bem como a solicitação de informações sobre a elaboração do decreto que visa regulamentar os procedimentos operacionais nas desocupações, requerida através do ofício nº 05/2018.





Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

2. Audiência Pública sobre Bolsa Catador na Assembleia Legislativa

A Presidenta da Comissão foi convidada para compor a mesa da audiência pública para discutir a implantação do Programa Bolsa Catador no Estado do Ceará, criado pela Lei 16.032/16, que ocorreu no dia 19 de junho. A audiência foi iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa.

A Vereadora informou que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal vem acompanhando as demandas da Rede de Catadores do Ceará e destacou a importância do Programa Bolsa Catador, que consiste em incentivos financeiros periódicos prestados pelo Estado às cooperativas e associações de catadores. A ideia é estimular as atividades de reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a inclusão socioeconômica da categoria.



3. Audiência Pública em alusão ao Dia do Orgulho LGBTI+

No dia 28 de junho de 2018, foi realizada Audiência Pública em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBT, na Câmara Municipal de Fortaleza. A Vereadora Larissa Gaspar, enquanto Presidenta da Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania LGBT e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, promoveu a audiência no intuito de dar visibilidade ao dia 28 de junho, data criada para sensibilizar a população com relação à importância de enfrentar a violência contra a população LGBT. Na audiência foi abordada a necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas para esse segmento, visando à redução dos casos de violência e preconceito contra essas pessoas, além de garantir o atendimento adequado para as vítimas.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso



4. Encontro Latino Americano de Juventudes: Segurança Pública e Justiça

No dia 31 de agosto de 2018, a Vereadora Larissa Gaspar esteve na mesa de abertura do Encontro Latino-Americano de Juventudes: Segurança Pública e Justiça, enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, junto com a Deputada Raquel Marques, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará e com o Deputado Renato Roseno, presidente do Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência.

O encontro foi promovido pela Visão Mundial, organização não-governamental que reuniu 180 jovens de 10 estados do Brasil, participantes de movimentos sociais e das ações pela juventude da entidade. Com o grito "dor e revolta, o peso do chicote convertido em balas", em homenagem à Marielle Franco, no início do evento, a programação uniu pessoas de referência e levantou diversos debates que perpassam pela negritude a partir do tema #EuSintoNaPele.





Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

5. Audiência Pública sobre a Rede de Atenção Psicossocial

A Presidenta da Comissão participou da mesa da Audiência Pública que discutiu a repactuação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC nº 001/2017, firmado para melhoria da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Município de Fortaleza. A audiência ocorreu no auditório da Procuradoria Geral do Estado do Ceará, no dia 18 de setembro de 2018, tendo sido apresentado um balanço relativo ao cumprimento do TAC.

Foi informado que o TAC contempla 54 itens acordados para a melhoria da RAPS com prazos específicos para o cumprimento de cada pactuação. Destes itens, 28 foram cumpridos integralmente, 4 foram cumpridos parcialmente, 13 não foram cumpridos e 9 ainda estão dentro dos respectivos prazos. A Vereadora informou sobre as visitas realizadas aos CAPS pela Comissão, tendo destacado algumas demandas prioritárias, como a necessidade de digitalização dos prontuários dos CAPS, a reestruturação física dos equipamentos e a necessidade de garantir urgentemente a regularização do fornecimento de medicamentos, além da implementação de pelo menos um CAPS Infantil em todas as regionais de Fortaleza.

Esta última demanda não está prevista no TAC, mas está sendo cobrada por ser uma questão prioritária, tendo sido matéria da Indicação nº 684/2017, de autoria da Vereadora Larissa Gaspar, que já foi aprovada na Câmara Municipal.



6. Audiência Pública com o tema do 24º Grito dos Excluídos

No dia 19 de setembro, foi realizada a Audiência Pública com o tema do 24º Grito dos Excluídos "Vida em primeiro lugar - desigualdade gera violência. Basta de privilégios!", na Assembleia Legislativa do Ceará, tendo esta sido requerida pela Comissão de Direitos

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Fone: (85) 3444.8300 – Bairro: Patriolino Ribeiro – Gabinete 20
Caixa Postal 2671 – CEP 60.810-460 – Fortaleza – Ceará



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza.

Na ocasião, foram apresentados dados estatísticos que ensejaram uma grande discussão, evidenciando a desigualdade social, a manutenção de privilégios e o extermínio da juventude. Na análise trazida pela Vereadora Larissa Gaspar, foi abordada a falta de vontade política que se verifica com a baixa ou nula execução orçamentária municipal de políticas públicas para garantia de direitos básicos à população, que também influenciam diretamente o enfrentamento à violência e desigualdade social.



7. Oficina de trabalho sobre violência contra mulheres no Ceará

A Presidenta da Comissão participou de oficina de trabalho sobre violência contra mulheres no Ceará, que aconteceu entre 9 e 10 de outubro, na UNIPACE. A iniciativa é da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência e Fundo das Nações Unidas para Infância - Unicef, para desenhar o anteprojeto de pesquisa sobre a violência contra meninas e mulheres no Estado do Ceará.

Durante o encontro foram apresentados dados de um estudo preliminar, realizado pelo Comitê, que indicam que no primeiro semestre de 2018 já foram registrados 275 casos de assassinatos de mulheres, entre os quais 77 eram de meninas de 10 a 19 anos. Em 2017, 80 meninas foram mortas no Estado, dado que revela alta de 196% em relação ao ano anterior, quando 27 foram vítimas de homicídio. Também teve como objetivo definir as diretrizes principais de uma pesquisa aprofundada a ser realizada no Estado do Ceará, que identifique como o marcador de gênero se faz atuante no assassinato de meninas e mulheres como estratégia para o enfrentamento da violência.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso



8. Audiência pública em alusão ao 18 de Maio

Foi realizada Audiência Pública em alusão ao 18 de Maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, na Câmara Municipal de Fortaleza, no dia 07 de novembro de 2018. A audiência foi realizada pela Vereadora Larissa Gaspar em parceria com o Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos de Criança e Adolescente do Ceará (Fórum DCA), tendo tido como foco a política municipal de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Na ocasião, aproveitando a presença dos órgãos da gestão municipal responsáveis por essa política, foi cobrado um maior investimento em estrutura e profissionais, fortalecendo os órgãos públicos e a rede de atendimento e proteção.

Como encaminhamento foi proposto uma agenda com o Prefeito e a Primeira Dama de Fortaleza para apresentar as dificuldades apontadas e levar propostas de superação, sendo uma das principais demandas, o fortalecimento do Programa Rede Aquarela, com ampliação de sua equipe e área de abrangência.

Com relação ao tema, vale destacar que esta Comissão solicitou ao Governador do Estado do Ceará o aumento do número de delegadas para a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente – DECECA e a implantação de delegacias especializadas no interior do estado, por meio do ofício nº 018/2018, de 27 de fevereiro de 2018.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso



9. Congresso Internacional de Direito, Economia, Educação e Geopolítica

A Vereadora Larissa Gaspar foi convidada, enquanto Presidenta desta Comissão, para participar da solenidade de abertura do Congresso Internacional de Direito, Economia, Educação e Geopolítica, com o tema "Refugiados, Transformações Globais", que aconteceu de 12 a 14 de novembro, na Faculdade de Economia da UFC. A Presidenta falou sobre Direitos Humanos, destacando o trabalho realizado à frente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal, além de abordar os desafios para a implementação de uma política de acolhimento e atendimento humanizado a migrantes e refugiados.





Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

10. Audiência Pública sobre o aumento de assassinato de meninas e mulheres no Ceará

No dia 03 de dezembro, a Presidenta da Comissão participou da mesa da Audiência Pública com o Senado Federal sobre o aumento de assassinato de meninas e mulheres no Ceará, que aconteceu na Assembleia Legislativa.

Os dados apresentados foram bastante estarrecedores e revelam o aumento no número de assassinato dessa população, trazendo uma grande preocupação, tendo em vista que, apesar das possíveis soluções e ações para reverter os quadros de violência, há uma grande dificuldade na implementação dessas políticas, principalmente para essas meninas, por razão da falta de priorização.



REUNIÕES COM ÓRGÃOS/ENTIDADES

1. Reuniões de Acompanhamento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – Saúde Mental

A Comissão participou de duas reuniões de acompanhamento da execução do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº. 01/20017, que aconteceram nos dias 05 de fevereiro e 21 de março desse ano, na sede da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública.

A primeira reunião teve como objetivo verificar os itens do TAC que já haviam sido cumpridos pela Secretaria Municipal de Saúde e cobrar as ações previstas no TAC que já estavam com os prazos vencidos. A segunda reunião tratou do planejamento do concurso público para os profissionais da Rede de Atenção Psicossocial, discutindo o número de vagas e as categorias a serem contempladas e o prazo para o lançamento do edital do concurso.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso



2. Reunião conjunta para criação da rede de vigilância das remoções das pessoas em situação de rua

No dia 23 de março de 2018, esta Comissão realizou reunião em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania da População em Situação de Rua, com a participação de diversas entidades da sociedade civil, objetivando a criação de uma rede de vigilância das remoções das pessoas em situação de rua.

Nesta reunião, foi apresentada a proposta de criação da rede, que foi bastante discutida, tendo sido proposto um momento de planejamento para estabelecer os parâmetros de funcionamento da supracitada rede, que ocorreu no dia 12 de abril, na UNIFOR.





Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

3. Reunião conjunta sobre políticas públicas para a população em situação de rua

No dia 28 de março de 2018, foi realizada reunião desta Comissão em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania da População em Situação de Rua, para tratar das políticas públicas municipais para a população de rua, atendendo ao requerimento nº. 4322/2017, de autoria do Vereador Guilherme Sampaio.

Foram convidados para a reunião a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, o Conselho Municipal de Assistência Social de Fortaleza, o Comitê de Políticas de População de Rua do Município de Fortaleza. Na ocasião foram pautadas as demandas relacionadas à assistência social e a saúde para esse público.



4. Reunião da Comissão do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do COMDICA

No dia 25 de maio de 2018, a Presidenta da Comissão participou da reunião da Comissão do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, que tratou sobre o atendimento socioeducativo no Município de Fortaleza.

A Comissão realizou os encaminhamentos das demandas que surgiram na referida



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

reunião, através dos ofícios nº. 48 e 49/2018, solicitando à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SDHDS e à Fundação da Criança e Família Cidadã - FUNCI a publicação de cartilha de divulgação do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de Fortaleza. Também foi solicitado aos referidos órgãos, a adoção das providências para que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - COMDICA tenha seu próprio site (ofícios 50 e 51/2018).



5. Reunião sobre demandas das Comunidades Mirassol, Deus é Fiel, Cajazeiras e Arco-Íris

No dia 20 de setembro de 2018, foi realizada reunião ordinária desta Comissão, tendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR sido convidada para tratar das demandas de moradia das Comunidades Mirassol, Deus é Fiel, Nova Cajazeiras e Arco-íris.

A reunião contou com a presença do representante da HABITAFOR, o Sr. Francisco Jório Bezerra Martins, dos moradores das supramencionadas comunidades, bem como da representante da AMA DOCE, Sra. Cícera Silva. Como encaminhamento desta reunião foi solicitado à HABITAFOR a realização de visita e relatório, contendo informações sobre as demandas de moradia das comunidades supracitadas, objetivando encaminhar diagnóstico para a Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará (Ofício nº 67/2018). Também foi solicitado à HABITAFOR a regularização fundiária da Comunidade Arco-íris, localizada no Itaperi (Ofício nº 68/2018).



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso



6. Reuniões sobre o PLOA 2019 para zonas de interesse social de fortaleza

No dia 24 de outubro, a Presidenta desta Comissão participou da reunião, na Câmara Municipal de Fortaleza, com o objetivo de discutir e encaminhar a prioridade do Orçamento Público para as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Também estiveram presentes na reunião os vereadores Benigno Junior (presidente da Comissão do Plano Diretor), Renan Colares (presidente da Comissão de Orçamento), Frota Cavalcante, Guilherme Sampaio (Comissão de Ética) e Nadja Furtado, advogada do Escritório Dom Aloísio Lorscheider da Câmara, tendo estes recebido os representantes da Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD) para tratar do tema.

Também houve a participação da Comissão de Direitos Humanos na reunião da Comissão de Orçamento, Fiscalização e Administração Pública da Câmara, que aconteceu no dia 22 de novembro, com o Relator do Orçamento de 2019, dando seguimento aos debates e demandas por aumento dos valores destinados para a implantação das ZEIS.





Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

7. Reunião com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza sobre demandas de moradia

No dia 14 de novembro de 2018, a Presidenta da Comissão se reuniu com o secretário executivo da Habitafor, Fabiano Lobo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza. A Vereadora tratou das demandas de moradia, regularização fundiária e direitos urbanos das comunidades acompanhadas por esta Comissão.

Como encaminhamento foi proposto a realização de uma reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, convidando todos os órgãos vinculados à temática em questão, para buscar compromissos concretos desses órgãos face às necessidades da população na área da habitação popular.

Foram pautadas as demandas trazidas pelas comunidades Mirasol, Deus é fiel, Nova Cajazeiras, Arco-íris e Raio de Sol. Além da retomada das obras da antiga demanda da requalificação da Lagoa da Zeza, com a entrega de unidades habitacionais. Foi cobrado o engajamento e ações efetivas para atender às demandas urgentes das comunidades, algumas ocupam áreas de proteção ambiental e prédios em situação de risco.



8. Reunião da Comissão Conjunta de Meio Ambiente e Direitos Humanos

No dia 20 de novembro de 2018, foi realizada reunião da Comissão Conjunta de Meio Ambiente e Direitos Humanos, com objetivo de tratar das demandas de moradia das famílias das Comunidades Mirassol, Deus é Fiel e Nova Cajazeiras, localizadas nos bairros Parque Dois Irmãos e Cajazeiras. Participaram da reunião a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR, Agência de Fiscalização de Fortaleza – AGEFIS, Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, Secretaria Regional II,



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

Secretaria das Cidades, Assessoria Especial de Acolhimento dos Movimentos Sociais do Governo do Estado do Ceará, Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider, Defensoria Pública do Estado do Ceará, através do Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM), Associação dos Moradores e Amigos do Riacho Doce e Adjacências – AMA DOCE e moradores das supracitadas comunidades.

Na reunião não foi apresentada solução para as demandas de moradia das famílias das Comunidades Mirassol, Deus é Fiel e Nova Cajazeiras, como reassentamento, possibilidade de uso de imóveis ociosos, contemplação em programa social ou regularização fundiária. Diante disso, foi enviado ofício à Agência de Fiscalização de Fortaleza – AGEFIS, ao Gabinete do Prefeito e à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano - MP/CE, dando ciência de que existem ações judiciais referentes às Comunidades Mirassol e Nova Cajazeiras, para solicitar que estes passem a se manifestar no processo judicial, abstendo-se de realizar desocupações por decisões meramente administrativas, com base na Resolução nº. 10 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (ofícios nº 12, 13 e 14/2018). Foi solicitada, ainda, informação sobre a elaboração da Minuta do Projeto de Lei que visa facilitar o processo de regularização fundiária no Município de Fortaleza, bem como requer que o texto da minuta seja disponibilizado (ofício nº 15/2018)



9. Reunião em defesa das pessoas em situação de rua

No dia 21 de novembro, a Vereadora Larissa Gaspar participou, enquanto Presidenta da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas em Situação de Rua e desta Comissão, de reunião convocada pelo Ministério Público do Ceará, em que foram discutidas estratégias para evitar ações de violência e/ou remoções forçadas das pessoas em situação de rua que



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

vivem na Praça do Ferreira, durante o evento Natal de Luz, realizado pela CDL.



10. Reunião sobre a Ocupação Frei Tito de Alencar

No dia 11 de setembro de 2018, a Comissão participou da reunião na Secultfor, para dar seguimento às reivindicações do movimento Ocupa Casa Frei Tito, pela preservação da Casa do Frei Tito de Alencar. Estiveram presentes na reunião o Secretário Gilvan Paiva, os representantes da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, do movimento da Ocupação Frei Tito, da Defensoria Pública e as Vereadoras Larissa Gaspar e Marília do Posto. Foi comunicada a realização de reunião do Prefeito com familiares do Frei Tito, para que se firmassem compromissos com as pautas do movimento. Foram deliberados o decreto de declaração de utilidade pública do imóvel, o processo de desapropriação e a construção do Memorial Frei Tito.

A urgência por desapropriação imediata do imóvel demandou da Comissão de Direitos Humanos a cobrança de reunião com o Prefeito de Fortaleza para tratar do tombamento da casa de Frei Tito de Alencar, realizada por meio do ofício nº. 61/2018.





Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

DENUNCIAS/CASOS:

1. Caso “Carecas do Brasil” - Crime de ódio

Em 21 de janeiro de 2018, foi enviado ofício ao Secretário Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS (ofício nº 07/2018), à Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania do Ceará – SEJUS (ofício nº 08/2018) e ao Governador do Estado do Ceará (Ofício nº 9/2018), solicitando a adoção de providências cabíveis e necessárias a pronta elucidação e, sobretudo, responsabilização das pessoas envolvidas no ataque de conhecimento público a um jovem, no último dia 18 de janeiro, na Praça da Gentilândia, no Benfica, por um grupo de caráter neonazista/nacionalista, identificado como “Carecas do Brasil”, embasado no ódio e na violência contra pessoas LGBTs e negras.

Também foi solicitada a criação de Delegacias Especializadas de Combate aos Crimes de Ódio, além da realização de campanha de cunho educativo, a fim de sensibilizar toda a sociedade cearense para a superação de discursos de ódio, de intolerância e de discriminação, sobretudo contra a população LGBT e negra de nosso Estado.

2. Chacina no bairro Cajazeiras

Em 29 de janeiro de 2018, a Comissão oficiou a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SDHDS (ofício nº 010/2018), solicitando informações acerca das ações realizadas quanto ao atendimento e acompanhamento dos familiares das vítimas da chacina no bairro Cajazeiras, que ocorreu no dia 27 de janeiro deste ano.

Foi solicitada a priorização e garantia do atendimento psicossocial e demais serviços para as referidas famílias, objetivando amenizar a terrível situação enfrentada por essas pessoas, diante de um crime tão bárbaro, considerado o maior massacre que já existiu no Estado do Ceará, que vitimou 14 pessoas, sendo na sua maioria mulheres.

3. Denúncia de crimes de ameaça, agressão física e homicídio

A Comissão acompanhou, no ano de 2017, o caso de denúncia de ameaça, lesão corporal contra uma mulher e contra membros da sua família, além do homicídio contra seu irmão. Neste ano, em 31 de janeiro, foi enviado ofício à Juíza da 5ª Vara do Juri (Ofício nº 12/2018), bem como o Promotor de Justiça da 5ª Vara do Juri (Ofício nº 13/2018), solicitando que fosse garantida a segurança da denunciante, que iria depor como testemunha de acusação na audiência marcada para dia 01 de fevereiro.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

A denunciante relatou ter sofrido novas ameaças no dia 19 de dezembro de 2017, no momento da espera da audiência que foi desmarcada, tendo comparecido, juntamente com as testemunhas de defesa, pelas quais foi coagida. Em razão da proteção da supra mencionada testemunha, resguardando seu direito à segurança e à vida, bem como, buscando amenizar os danos psicológicos causados pelo homicídio do seu irmão, foi sugerido por esta Comissão que a escuta da mesma fosse realizada em separado ou por meio de vídeo conferência.

4. Caso de feminicídio da Jovem Stefhani Brito

Em 06 de fevereiro de 2018, a Comissão oficiou a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS (ofício nº 14/2018), solicitando a adoção de providências para a elucidação e a responsabilização pelo homicídio da jovem Stefhani Brito, crime que ocorreu no dia 1º de janeiro, no bairro Mondubim.

Este crime teve grande repercussão social, tendo em vista o nível de crueldade praticado pelo assassino, que foi visto transitando pelo bairro do Mondubim com a jovem morta na garupa da motocicleta por um longo período. Em seguida, Stefhani teve seu corpo abandonado às margens da Lagoa da Libânia.

Diante do aumento espantoso no número de casos de feminicídios no Ceará, tendo se elevado 75% em 2017, Foi solicitada também a realização de campanha de cunho educativo, a fim de sensibilizar toda a sociedade cearense para a superação da cultura machista em nosso Estado.

A Comissão atendeu a mãe da vítima, juntamente com o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider, no dia 05 de outubro desse ano. Nessa data, já havia completado 9 meses do crime, estando o assassino ainda foragido. O processo foi suspenso para não contar o prazo prescricional, mas a juíza que acompanha o caso deu seguimento para garantir a oitiva das testemunhas, que aconteceu no dia 25 de outubro de 2018. Como encaminhamento, foi proposto o agendamento de uma reunião com a Delegada Rena Gomes, do Departamento de Polícia Especializada (DPE).

5. Caso de assédio sexual cometido pro professor universitário contra estudante

No dia 14 de março de 2018, a Comissão enviou ofício ao Reitor da Universidade Federal do Ceará - UFC (ofício nº 020/2018), solicitando a apuração do caso de assédio sexual



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

e agressões contra uma estudante de 16 anos por professor do curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, que ocorreu no dia 12 de março de 2018.

O referido fato trouxe grande indignação por parte da sociedade, tendo em vista o lugar de destaque que possui o professor, sendo uma autoridade na sala de aula, da qual se espera uma postura de respeito e de cuidado para com seus alunos. O agressor também se manifestou de forma preconceituosa com relação a condição de gênero e de raça da vítima.

Foi solicitada à Universidade a instauração de uma sindicância para apurar o caso, adotando como medida o afastamento do referido professor, além de promover medidas educativas para o corpo docente e discente no sentido de extinguir qualquer ação violadora dos direitos humanos em razão de gênero ou raça no ambiente universitário.

6. Denúncia de violações de direitos da população em situação de rua

A Comissão respondeu ao ofício nº. 32/2018, do Escritório Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – EFTA, no dia 03 de abril de 2018, por meio do ofício nº. 026/2018, informando que estava ciente das violações de direitos da população em situação de rua da Praça do Ferreira, tendo recebido a denúncia na reunião desta Comissão em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania da População em Situação de Rua, que ocorreu no dia 23 de março de 2018, na Câmara Municipal, para tratar da criação de uma Rede de vigilância contra as remoções sofridas por esta população.

Também foi informado que esta Comissão realizou reunião em parceria com a mencionada Frente Parlamentar com a participação dos órgãos da Prefeitura para tratar especificamente da política municipal para as pessoas em situação de rua, momento em que foram pautadas as demandas relacionadas à assistência social e a saúde para esse público. Quanto à problemática da falta de política habitacional, não foi possível tratar na ocasião, tendo em vista que não contamos com a presença da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR .

Os encaminhamentos com relação ao diálogo com o Secretário de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e com o Secretário da HABITAFOR foram realizados pela Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania da População em Situação de Rua desta Câmara Municipal, também presidida pela Vereadora Larissa Gaspar.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

7. Denúncia de crime contra a dignidade sexual nas dependências do MPCE

No dia 25 de abril de 2018, a Comissão oficiou a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (ofício nº. 031/ 2018), bem como o Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher – NUPROM, do Ministério Público do Estado do Ceará (ofício nº. 032/ 2018), solicitando a apuração de denúncia de crime contra a dignidade sexual, praticado por servidor, nas dependências do Ministério Público do Estado do Ceará.

A denúncia foi recebida por meio do ofício nº. 69/2018, do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará, tratando-se de caso de assédio sexual e violência de gênero sofrida por estudante, durante seu período de estágio na 1^a Promotoria do Ministério Público do Ceará da Comarca de Pacajus/CE.

Em 21 de junho de 2018, foi encaminhada a resposta do Núcleo de Processos Administrativos e Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral de Justiça ao Escritório Frei Tito de Alencar (ofício nº. 058/2018), informando que foi instaurada sindicância para apurar o caso, no entanto, devido à ausência de indícios suficientes quanto à conduta dolosa ou culposa do acusado, o procedimento foi arquivado.

8. Caso da morte da menina Hannah Evelyn em creche da Prefeitura.

Em 29 de maio de 2018, a Comissão oficiou a Secretaria Municipal de Educação – SME (ofício nº. 52/2018), solicitando informações sobre o prazo de realocação das crianças matriculadas no Centro de Educação Infantil Professora Laís de Sousa Vieira Nobre em outras escolas do Município de Fortaleza, mencionando quais as unidades de ensino que acolherão tais estudantes. Também solicitamos a reavaliação estrutural de todos os equipamentos da rede municipal de educação de Fortaleza.

A trágica morte da menina Hannah Evelyn se deu devido ao piso do Centro de Educação Infantil Laís de Sousa Nobre ter afundado na altura da fossa, acidentando 5 pessoas, um adulto e quatro crianças, levando à morte de Hannah, de apenas 4 anos. A Comissão continua exigindo a apuração rigorosa, célere e transparente dessa tragédia para que os responsáveis sejam punidos.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

9. Caso de violência institucional no Terminal do Siqueira

Em 12 de junho de 2018, a Comissão oficiou a Secretaria Municipal de Segurança Cidadã - SESEC (Ofício nº. 54/2018), solicitando a adoção de providências cabíveis à apuração, responsabilização e, ainda, retratação quanto ao caso de violência institucional cometida por quatro Guardas Municipais contra um estudante, ocorrido no dia 08 de junho de 2018, no Terminal do Siqueira.

Agentes sem identificação abordaram o jovem (jornalista, estudante de pós-graduação, educador, negro) na fila do ônibus, apontando para ele uma pistola e uma taser. Puxaram seus cabelos e jogaram seus livros, relatórios e mochila no chão. Mesmo sem esboçar reação a vítima foi ameaçada de ser presa por desacato. Apesar dessa conduta não ser adotada por todos os agentes, são frequentes as denúncias de violência cometida por guardas municipais.

10. Caso de violência institucional no Terminal de Messejana

A Comissão realizou atendimento de caso de violência institucional no Terminal de Messejana, em conjunto com o Escritório de Direitos Humanos Dom Aloísio Lorscheider, no dia 26 de junho deste ano. Os encaminhamentos foram realizados através dos ofícios conjuntos nº 01 e 02/2018 - CDH/EDAL, em 03 de julho, enviados à Secretaria Municipal da Segurança Cidadã – SESEC, solicitando a abertura de procedimento administrativo para apuração de conduta de Guarda Municipal e ao Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Ceará, notificando caso de violência por parte da GMF e PM.

O denunciante informou que sofreu violência por parte da Guarda Municipal de Fortaleza e da Polícia Militar, tendo sido levado para uma sala no referido terminal, em cuja porta estava escrito: “órgão de segurança da GMF e PM”, afirmando ter sofrido diversas agressões físicas e verbais. Posteriormente, foi levado ao 30º Distrito Policial, mas não foi aberto nenhum procedimento contra ele, pois não havia fundamento para tanto.

11. Caso de tortura cometido por policiais contra adolescente

No dia 30 de agosto de 2018, a Comissão enviou o ofício nº 62/2018 à Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, solicitando a adoção de providências cabíveis para a investigação e responsabilização dos policiais envolvidos na prática de tortura a um adolescente de 15 anos, no dia 29 de agosto deste



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

ano. A denúncia da tortura cometida por homens com fardas da Força Tática e da Companhia de Policiamento com Cães (CPCães) surgiu a partir de vídeo que começou a circular nas redes sociais.

Também foi oficiado o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Ceará, através do ofício nº 64/2018, solicita o acompanhamento deste caso de tortura.

12. Caso de abuso sexual contra criança

A Comissão realizou três atendimentos referentes ao caso de abuso sexual de uma criança pelo noivo da mãe. Os atendimentos aconteceram em parceria com o Escritório de Direitos Humanos Dom Aloísio Lorscheider, nos dias 10 de outubro, 12 e 26 de novembro.

O pai da referida criança informou na reunião que buscou ajuda de diversos órgãos e que já existe um processo tramitando na 12ª Vara Criminal para apuração e responsabilização do crime. A guarda da criança também está sendo discutida no processo que tramita na 6ª Vara da Família, tendo havido decisão recente que determinou que esta passasse a residir com o pai, tendo a mãe apenas o direito de visita acompanhada. A mãe da criança fez uma denúncia contra o pai, alegando que este praticou crime de injúria contra ela e conseguiu uma medida protetiva para que este se mantenha distante da mesma.

A Comissão e o Escritório estão em constante diálogo com o pai, acompanhando e dando as devidas orientações sobre o caso, respeitando as suas atribuições. A criança está sendo atendida pela Rede Aquarela.

13. Caso de assédio moral no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré

No dia 26 de novembro, a Comissão atendeu, em parceria com o Escritório de Direitos Humanos Dom Aloísio Lorscheider, um caso de assédio moral e demissão de uma profissional do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré. A profissional relatou que em razão de não concordar com as agressões praticadas contra adolescentes dentro do referido Centro sofreu perseguição por parte da direção do Centro.

A Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS não renovou o contrato da profissional, que foi aprovada na última seleção pública. O contrato tinha duração de um ano, podendo ser renovado por mais um ano. Devido a sua demissão procurou o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, denunciando o assédio moral que sofreu.

A demissão se deu com base em relatório da direção do Centro, que não aprovou seu

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Fone: (85) 3444.8300 – Bairro: Patriolino Ribeiro – Gabinete 20

Caixa Postal 2671 – CEP 60.810-460 – Fortaleza – Ceará



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

desempenho enquanto profissional, tendo sido encaminhado à Corregedoria. A denunciante mencionou que o próprio Corregedor considerou o relatório inconsistente e está aguardando a conclusão do órgão para tomar as devidas providências. Procurou esta Comissão e o Escritório solicitando o acompanhamento do caso.

OUTRAS DEMANDAS:

1. Demanda da Ocupação Gregório Bezerra

No dia 07 de fevereiro de 2018, a Comissão oficiou a Secretaria Municipal da Educação – SME (Ofício nº 15/2018), solicitando a matrícula e transporte escolar para crianças e adolescentes residentes na Ocupação Gregório Bezerra, localizada no Centro da cidade de Fortaleza.

Esta Comissão foi demandada por residentes da mencionada ocupação, especialmente em 2017, tendo participado de algumas reuniões, visitado à ocupação e acompanhado as demandas com relação ao direito à moradia, educação, dentre outras. Foi verificada a necessidade da garantia do direito à educação de crianças e adolescentes que residem no local, havendo, no início do ano, algumas crianças e adolescentes matriculados, porém, em escola distante da atual residência, dependendo de um transporte escolar e, ainda, outras que não estavam sequer matriculadas.

Foi encaminhada uma lista com todas as demandas de matrícula e de transporte escolar, informando o número de crianças e adolescentes e seus dados, para que a Secretaria realizasse as devidas providências.

2. Demanda de moradia para família em situação de vulnerabilidade socioeconômica

No dia 03 de abril de 2018, a Comissão enviou ofício à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR (ofício nº 027/2017), solicitando a garantia do direito à moradia para família em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através da contemplação no Programa de Locação Social ou em Programa Habitacional.

Esta Comissão recebeu a referida demanda, por meio do ofício nº. 57/2018 – EFTA/ALECE, do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, no dia 20 de março de 2018. O Escritório fez o atendimento da família e solicitou uma atuação conjunta desta Comissão, no sentido viabilizar uma solução para o caso, especialmente, pelo fato de uma criança de 4 anos de idade estar submetida a condições



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

insalubres, além da referida família estar constantemente sofrendo ameaças de despejo pela Agência de Fiscalização de Fortaleza - AGEFIS, correndo o risco de ficar em situação de total vulnerabilidade, sem qualquer abrigo.

O Escritório Frei Tito de Alencar foi informado das providências tomadas por esta Comissão, através do ofício nº. 028/ 2018, no dia 11 de abril de 2018. E no dia 21 de junho de 2018, foi oficiado novamente o Escritório (ofício nº. 057/2018), encaminhando a resposta da HABITAFOR, sobre a demanda de direito à moradia da supracitada família. Foi informado que não havia possibilidade de novas adesões ao Programa de Locação Social e que a requerente encontra-se inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida, com cadastro atualizado, mas que não foi contemplada no sorteio.

3. Demanda da Comunidade Raio de Luz

A Comissão enviou ofício para a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil da Secretaria de Segurança Cidadã (ofício conjunto n. 03/2018 - CDH/EDAL), solicitando a atuação desta para a prevenção à situação de risco da Comunidade Raio de Luz.

O caso é de extrema urgência por já existir um Relatório Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil apontando o risco de desabamento, devendo haver a realocação das famílias que ocupam o centro de Desenvolvimento Infantil da Aerolândia para um local seguro, necessitando da atuação da HABITAFOR.

O Ministério Público está acompanhando a situação desta comunidade, tendo realizado visita no dia 11 de novembro.

4. Demanda da Rede de Catadores do Ceará

Em 12 de abril de 2018, a Comissão oficiou à Secretaria Regional IV - SER IV (ofício nº. 029/2018), solicitando que fosse disponibilizado o Termo de Gestão Compartilhada do Galpão de Triagem da Associação Maravilha.

Em reunião ordinária desta Comissão, que ocorreu no dia 23 de novembro de 2017, na Câmara Municipal, com a participação de órgãos da Prefeitura, para tratar das demandas da Rede de Catadores do Ceará, especificamente, da situação dos três galpões existentes no Município de Fortaleza e da inclusão dos catadores na política municipal de resíduos sólidos, a Secretaria Regional IV havia se comprometido com a regularização do Galpão de Triagem da Associação Maravilha, informando que iria fornecer o referido Termo de Gestão. Devido à demora em cumprir o acordado, foi realizada a cobrança através do supra mencionado ofício.



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

A Vereadora também esteve no Galpão do Jangurussu - ASCAJAN para tratar dos encaminhamentos relativos à implementação do Bolsa Catador, compromisso assumido pelo Governador Camilo Santana, e também da necessidade de melhores condições de trabalho para a categoria. Recentemente, participou de audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará para discutir a implementação do programa Bolsa Catador. Além disso, visitamos todos os galpões de reciclagem municipais, na condição de Presidenta da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Municipal, originando diversos requerimentos aos órgãos competentes do município. A Comissão está em constante diálogo com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado e do Município, com a Secretaria de Conservação e Serviços Públicos e com a Secretaria da Fazenda para que a pauta de reivindicações da categoria possa ser atendida.

5. Demanda de adoção em Fortaleza

A Comissão enviou ofício ao Prefeito de Fortaleza (ofício nº. 53/2018), em 29 de maio de 2018, solicitando a realização de campanha de incentivo à adoção de crianças e adolescentes no Município de Fortaleza, tendo em vista o grande número de crianças e adolescentes abrigadas em Fortaleza, necessitando de famílias que queiram adotá-las.

Este é o relatório das atividades realizadas no ano de 2018 pela Comissão de Direitos Humanos, da Mulher, da Criança, da Juventude e do Idoso. Anexamos as atas das reuniões, relatórios de visitas, convocatórias, comunicações internas, ofícios enviados e recebidos, dentre outros documentos comprobatórios da atuação desta Comissão.

Fortaleza, 20 de dezembro de 2018.

Vereadores(as) membros da Comissão:

Larissa Gaspar (PPL) – Presidenta

Priscila Costa (PRTB) – Vice-Presidente

Emanuel Acrízio (PRP)

Marília do Posto (PRP)

Márcio Martins (PR)

Evaldo Lima (Pc do B)

Célio Sudart (SD)

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Fone: (85) 3444.8300 – Bairro: Patriolino Ribeiro – Gabinete 20
Caixa Postal 2671 – CEP 60.810-460 – Fortaleza – Ceará